



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA

Londrina - PR

**BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)**

ATIVO

	Nota	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		<u>64.766.188,06</u>	<u>57.746.085,99</u>
Disponível	4	3.688.898,55	6.234.525,09
Realizável		<u>61.077.289,51</u>	<u>51.511.560,90</u>
Aplicações Financeiras	5	<u>25.594.638,05</u>	<u>23.590.788,72</u>
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		21.588.787,31	11.197.611,67
Aplicações Livres		4.005.850,74	12.393.177,05
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	<u>5.246.900,94</u>	<u>6.561.512,84</u>
Contraprestação Pecuniária a Receber		2.223.085,64	2.069.048,55
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis		2.990.253,05	1.600.099,25
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		33.562,25	2.892.365,04
Créditos Oper.Assist.Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	7	15.658.644,23	8.020.510,63
Despesas Diferidas		351.281,88	443.721,78
Créditos Tributários e Previdenciários		-	19.949,20
Bens e Títulos a Receber	8	13.956.676,40	12.580.492,33
Despesas Antecipadas		269.148,01	294.585,40
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>53.529.100,19</u>	<u>49.500.849,27</u>
Realizável a Longo Prazo		<u>4.604.783,92</u>	<u>7.454.416,67</u>
Títulos e Créditos a Receber	8	1.645.363,67	3.177.237,38
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	2.679.935,72	3.941.467,85
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	8	279.484,53	335.711,44
Investimentos	10	<u>1.315.627,07</u>	<u>1.082.594,06</u>
Participações Societárias pelo Método de Custo		268.013,72	137.549,14
Outros Investimentos		1.047.613,35	945.044,92
Imobilizado	11	<u>46.922.987,58</u>	<u>40.163.620,82</u>
Imóveis de Uso Próprio		<u>27.525.834,91</u>	<u>27.899.835,17</u>
Imóveis - Hospitalares		23.827.651,85	24.091.286,35
Imóveis - Não Hospitalares		3.698.183,06	3.808.548,82
Imobilizado de Uso Próprio		<u>11.758.667,92</u>	<u>10.136.141,92</u>
Hospitalares		11.583.541,69	10.069.374,00
Não Hospitalares		175.126,23	66.767,92
Imobilizações em Curso		7.638.484,75	2.127.643,73
Intangível	11	<u>685.701,62</u>	<u>800.217,72</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>118.295.288,25</u>	<u>107.246.935,26</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA
Londrina - PR
BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)

PASSIVO

	Nota	2021	(Reclassificado) 2020
PASSIVO CIRCULANTE		<u>49.019.301,86</u>	<u>49.286.729,96</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	<u>17.704.148,91</u>	<u>16.963.538,13</u>
Provisões de Contraprestações		<u>5.470.339,54</u>	<u>5.232.749,37</u>
Provisão de Contraprestação não Ganha - PPCNG		5.420.484,44	5.193.594,45
Provisão para Remissão		49.855,10	39.154,92
Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS		2.635.371,56	3.538.990,91
Provisão para Eventos a Liquidar Outros Prestadores Serviços Assistenciais		4.467.298,49	4.099.220,14
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		5.131.139,32	4.092.577,71
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		<u>1.200.934,85</u>	<u>1.089.957,69</u>
Contraprestações / Prêmios a Restituir		1.657,93	15.911,29
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		1.190.663,82	1.073.846,40
Comercialização sobre Operações		8.613,10	200,00
Débitos c/ Oper. de Assist. à Saúde n/ Relac. c/ Planos da Operadora	13	5.862.946,02	4.817.071,83
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14	2.690.981,66	3.861.174,63
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	2.849.593,07	2.734.501,77
Débitos Diversos	16	18.710.697,35	19.820.485,91
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>16.542.019,05</u>	<u>19.550.392,34</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	<u>1.157.120,41</u>	<u>1.258.745,60</u>
Provisão para Remissão		980.298,09	916.190,16
Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS		176.822,32	342.555,44
Provisões	17	<u>5.980.427,16</u>	<u>6.155.827,21</u>
Provisões para Ações Judiciais		5.980.427,16	6.155.827,21
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14	<u>2.540.342,08</u>	<u>2.391.021,92</u>
Tributos e Contribuições		2.540.342,08	2.391.021,92
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	5.740.796,08	8.246.013,18
Débitos Diversos	16	1.123.333,32	1.498.784,43
PATRIMÔNIO SOCIAL	18	<u>52.733.967,34</u>	<u>38.409.812,96</u>
Patrimônio Social		5,32	5,32
Reservas		<u>52.733.962,02</u>	<u>38.409.807,64</u>
Reservas Patrimoniais		16.496.023,61	16.496.023,61
Reservas de Reavaliação		7.050.167,19	7.771.474,85
Reservas de Retenção de Superávits		29.187.771,22	14.142.309,18
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		<u>118.295.288,25</u>	<u>107.246.935,26</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA
Londrina - PR
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)

	Nota	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		<u>139.436.330,02</u>	<u>133.341.520,43</u>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		<u>139.436.330,02</u>	<u>133.341.520,43</u>
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	19	139.511.138,13	133.108.889,07
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		(74.808,11)	232.631,36
Eventos Indenizáveis Líquidos		<u>(103.631.022,98)</u>	<u>(91.609.365,19)</u>
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	20	(102.592.461,37)	(91.876.541,23)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(1.038.561,61)	267.176,04
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		<u>35.805.307,04</u>	<u>41.732.155,24</u>
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		26.768,69	3.410,00
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	22	<u>112.967.026,30</u>	<u>94.578.100,86</u>
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		70.380.219,92	53.743.029,61
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)		26.858.690,19	20.177.853,07
Outras Receitas de Prestação de Serviços de Administradora de Benefícios		176.259,29	62.454,80
Outras Receitas Operacionais		15.551.856,90	20.594.763,38
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	21	<u>(1.991.506,32)</u>	<u>(975.099,57)</u>
Outras Despesas de Oper. de Planos de Assist. à Saúde		(704.727,44)	-
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(443.966,74)	(145.987,81)
Provisão para Perdas sobre Créditos		(842.812,14)	(829.111,76)
Outras Despesas Oper. Assist. Saúde Não Relac.c/Planos Saúde da Operadora	22	(124.702.163,80)	(108.811.662,45)
RESULTADO BRUTO		<u>22.105.431,91</u>	<u>26.526.904,08</u>
Despesas de Comercialização		(1.637.764,27)	(1.644.481,64)
Despesas Administrativas		(7.856.150,02)	(8.980.537,41)
Resultado Financeiro Líquido		<u>(519.566,17)</u>	<u>(1.145.703,97)</u>
Receitas Financeiras		2.886.294,75	2.861.552,45
Despesas Financeiras		(3.405.860,92)	(4.007.256,42)
Resultado Patrimonial		<u>2.232.202,93</u>	<u>7.589.806,99</u>
Receitas Patrimoniais		2.232.202,93	7.589.806,99
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		<u>14.324.154,38</u>	<u>22.345.988,05</u>
SUPERÁVIT DO PERÍODO		<u>14.324.154,38</u>	<u>22.345.988,05</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA
Londrina - PR
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Superávit do Período	14.324.154,38	22.345.988,05
Outros Resultados Abrangentes	721.307,66	755.471,33
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>15.045.462,04</u>	<u>23.101.459,38</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA
Londrina - PR
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)

	Patrimônio Social	Reservas			Total das reservas	Superávit (Déficit) Acumulado	Total do Patrimônio Social
		Reservas Patrimoniais	Reserva de Reavaliação	Reserva de Retenção de Superávit			
Saldos em 31/12/2019	5,32	16.496.023,61	8.526.946,18	-	25.022.969,79	(8.959.150,20)	16.063.824,91
Superávit do Período						22.345.988,05	22.345.988,05
Realização da Reserva			(755.471,33)		(755.471,33)	755.471,33	
Destinação do Superávit do Exercício				14.142.309,18	14.142.309,18	(14.142.309,18)	
Saldos em 31/12/2020 (reclassificado)	5,32	16.496.023,61	7.771.474,85	14.142.309,18	38.409.807,64	-	38.409.812,96
Superávit do Período						14.324.154,38	14.324.154,38
Realização da Reserva			(721.307,66)		(721.307,66)	721.307,66	
Destinação do Superávit do Exercício				15.045.462,04	15.045.462,04	(15.045.462,04)	
Saldos em 31/12/2021	5,32	16.496.023,61	7.050.167,19	29.187.771,22	52.733.962,02	-	52.733.967,34

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA

Londrina - PR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em Reais)

	Nota	2021	(Reclassificado) 2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimento de Planos de Saúde		155.346.172,91	139.808.991,38
Resgate de Aplicações Financeiras		46.667.294,87	78.412.949,22
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras		1.204.575,64	1.046.798,21
Outros Recebimentos Operacionais		117.458.422,65	87.519.095,35
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(156.407.827,91)	(124.484.933,62)
Pagamento de Comissões		(497.989,55)	(813.705,03)
Pagamento de Pessoal		(52.308.857,49)	(49.303.130,09)
Pagamento de Serviços de Terceiros		(31.647.203,61)	(25.507.006,43)
Pagamento de Tributos		(11.471.820,30)	(9.450.711,93)
Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)		(655.320,22)	(896.469,61)
Pagamento de Aluguel		(1.839.757,36)	(1.827.649,56)
Pagamentos de Tarifas Bancárias		(1.050.380,26)	(948.321,63)
Pagamento de Promoção/Publicidade		(535.342,48)	(554.482,67)
Aporte em Aplicações Financeiras		(55.527.007,86)	(87.631.650,61)
Outros Pagamentos Operacionais		(3.259.279,16)	(2.259.866,03)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	29	5.475.679,87	3.109.906,95
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimento Venda de Investimento		2.500.000,00	3.033.333,33
Outros Recebimentos das Atividades de Investimento		2.232.203,93	6.106.615,29
Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar		(10.222.517,34)	(5.952.509,51)
Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros		(129.223,13)	(82.964,09)
Aquisição de Ativo Intangível		(194.342,17)	(375.238,97)
Outros Pagamentos das Atividade de Investimento		(103.068,43)	(341.456,66)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento		(5.916.947,14)	2.387.779,39
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento de Empréstimos e Financiamentos			9.750.620,56
Pagamento Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing		(2.383.163,73)	(9.277.007,72)
Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing		(849.504,27)	(1.600.173,03)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		(3.232.668,00)	(1.126.560,19)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) no Período		(3.673.935,27)	4.371.126,15
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		6.234.525,09	1.863.398,94
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período		2.560.589,82	6.234.525,09
Ativos Livres no Início do Período		6.234.525,09	1.863.398,94
Ativos Livres no Final do Período		3.688.898,55	6.234.525,09
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras - Recursos Livres		(2.545.626,54)	4.371.126,15

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA

Londrina - PR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores em Reais)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A **ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA – AEBEL** (“Associação” / “Entidade” / “Operadora”), com sede na Av. Bandeirantes nº 618, na cidade de Londrina-PR, fundada no ano de 1946, é uma associação civil, filantrópica e **SEM FINS LUCRATIVOS**, obrigada a aplicar seus resultados nas finalidades estatutárias, quais sejam: realizar obras assistenciais e beneficentes na área da saúde, prestar serviços de natureza médico-hospitalar, operar planos privados de assistência à saúde, bem como outras atividades e serviços compatíveis com seus objetivos sociais.

Atuando substancialmente na área/atividade de **SAÚDE**, a Associação é possuidora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido em 25/05/2021 pela Portaria SAES/MS 606, publicada no Diário Oficial da União em 28/05/2021, com vigência até 27/05/2024.

O atendimento de sua missão estatutária é efetuado através do **HOSPITAL EVANGÉLICO DE LONDRINA, HOSPITALAR PLANO DE SAÚDE, HOSPITAL EVANGELICO DE LONDRINA UNIDADE DE APOIO FARIA LIMA e SAUDE EM CASA SERVIÇOS DE HOME CARE.**

A Entidade atua também na comercialização de planos de saúde, em contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de preço preestabelecido, com registro de seus produtos na **ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar**, com fins filantrópicos, sob número **32675-5**.

1.1) IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-19

A pandemia de Covid-19 (SARS-CoV-2) vem acarretando repercussões não apenas de ordem médica e epidemiológica em escala global, mas também gerando reflexos e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente.

Com medidas políticas, econômicas e sociais, Governo e Órgãos Reguladores realizaram ao longo dos últimos dois anos diversas ações na tentativa de amenizar os efeitos financeiros danosos à população e empresas, dentre os quais podem ser destacados: Auxílio Emergencial destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados; Liberação de recursos

complementares de custeio destinados a hospitais públicos e privados filantrópicos para apoio no combate à pandemia; Suspensão da aplicação dos reajustes de planos de saúde no período de setembro a dezembro de 2020; entre outros.

Desde março de 2020, especialmente nos primeiros meses após o início da pandemia, a AEBEL sofreu de forma sem precedentes com a queda vertiginosa em suas receitas oriundas de atendimentos particulares e outros convênios, cuja variação negativa fora de aproximadamente 30% em relação aos níveis pré-pandemia. O custo médio na aquisição de insumos básicos (materiais e medicamentos) utilizados na rede própria aumentou significativamente, reduzindo assim as margens das operações. Por outro lado, as medidas de distanciamento social determinadas pelos governos estadual e municipal culminaram na redução do custo assistencial da operadora, cuja variação negativa no acumulado de 2020 fora de aproximadamente 6,9% frente ao período anterior.

O ano de 2021, por outro lado, mostrou importante recuperação nas receitas oriundas de atendimentos particulares e convênios, devido aos altos índices de utilização em internações provocadas pela Covid-19, especialmente no período de março a setembro. Tal movimento, no entanto, vem em constante desaceleração desde outubro, resultado da maior cobertura vacinal da população. Em linhas gerais, a receita com internações cresceu aproximadamente 33% em 2021 frente ao ano anterior. O custo total com insumos diretamente relacionados aos atendimentos (materiais, medicamentos e outros) seguiu a tendência iniciada em 2020, e apresentou forte aumento de aproximadamente 38% em relação ao período anterior. No tocante às atividades da Operadora, observou-se acréscimo nominal no faturamento em cerca de 4,8% e no custo assistencial em cerca de 11,7%, comparando-se 2021 e 2020. O fraco crescimento na receita, em que pese a relativa manutenção na base de beneficiários, deveu-se em grande parte pelo reajuste negativo dos planos individuais/familiares determinado pela ANS. A variação no custo assistencial é reflexo do aumento na utilização pelos beneficiários, fruto da flexibilização das regras de distanciamento social, aumento da massa populacional vacinada, liberação de cirurgias eletivas, entre outros. Por fim, é fundamental destacar os aumentados níveis de absenteísmo vistos em 2021, aliado à escassez e esgotamento físico de profissionais da saúde, que arduamente trabalham há meses no combate à pandemia.

Já para o exercício de 2022, ainda envolto em grandes incertezas, vislumbra-se: perenidade no crescimento da carteira de beneficiários; medidas afirmativas para retenção e redução da inadimplência; estabilização ou redução nos custos dos insumos médicos diretamente relacionados às síndromes respiratórias.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E BASE DE PREPARAÇÃO

2.1) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As presentes demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas estabelecidas pelo próprio órgão, principalmente aquelas relacionadas ao plano de contas padrão instituído pela Resolução Normativa nº 435/2018 e alterações subsequentes. Essas demonstrações também estão em consonância com as disposições contidas no Decreto nº 8.242 de 23/05/2014, Portaria do Ministério da Saúde nº 834 de 26/04/2016, Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021 e demais dispositivos legais e normativos pertinentes às Instituições de Fins Filantrópicos (ITG 2002) e de acordo com a lei 11.638/07, quando aplicável e adaptado.

A elaboração das demonstrações financeiras teve como objetivo refletir, em suas estruturas, as principais e fundamentais características quantitativas e qualitativas, notadamente, a Relevância, a Materialidade, a Comparabilidade, a Tempestividade e a Compreensibilidade.

A AEBEL apresenta também, na nota explicativa nº 28, a Demonstração do Resultado do Exercício observando os critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento e de estruturação, contendo informações mínimas (e adaptadas) para fins de divulgação, conforme previsto na Resolução CFC nº 1.409/2012, que aprovou o ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2) CONTINUIDADE

Os níveis de incerteza quanto as políticas públicas, a capacidade do governo em lidar com o atual estágio da crise econômica e sanitária, a descoberta de novas variantes do vírus, entre outros, demonstram que não há elementos suficientes para estimar com razoabilidade os efeitos da pandemia nos negócios da Associação ao longo de 2022. Todavia, as projeções de fluxos de caixa futuros somados as reservas financeiras, aliados à implementação de medidas imediatas de enfrentamento da crise, demonstram que a AEBEL possui condições e saúde financeira plena para a continuidade das suas operações. Neste sentido, essas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional da Associação.

2.3) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.4) MOEDA FUNCIONAL, AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO E DIVULGAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em moeda corrente nacional – denominada de Real, tendo sido autorizado sua elaboração e emissão pela Administração da Associação em **04/02/2022**.

3) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A AEBEL aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Regime de Escrituração

A AEBEL adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento, considerando também que as mensalidades dos planos foram reconhecidas na forma de pró-rata-dia.

b) Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

b.1) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação de políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 12** - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos relacionados aos custos assistenciais que ainda não foram informados pelos prestadores de serviços.
- **Nota Explicativa nº 17** - Provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: premissas-chave para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.

b.2) Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas relacionadas à premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11** - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, conseqüentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do período.
- **Nota Explicativa nº 6, 7 e 8** - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes;
- **Nota Explicativa nº 3 m)** - Despesas com comercialização diferidas. Identificação do tempo médio de duração dos contratos para determinar o prazo de diferimento das comissões e, conseqüentemente, sua apropriação ao resultado contábil do exercício;
- **Nota Explicativa nº 12** - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos relacionados aos custos assistenciais que ainda não foram informados pelos prestadores de serviços.
- **Nota Explicativa nº 17** - Provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: premissas-chave para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.

c) Reconhecimento de Receitas

As Contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços preestabelecidos. As receitas oriundas da prestação de serviços médico-hospitalares são reconhecidas mediante a efetiva prestação dos serviços e quando os

benefícios econômicos decorrentes da transação são considerados prováveis. As receitas com doações, subvenções e convênios são apropriadas ao resultado somente quando a Entidade possui os direitos sobre os recursos e que tais estejam livres de ônus e condicionais à sua aquisição, observados os dispostos, quando aplicável, da NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

A Associação não possui atividades relacionadas à gratuidade, e as receitas com trabalho voluntário não são materiais para o conjunto das demonstrações contábeis.

d) Critério de Contabilização/Rateio Rede Própria

A AEBEL, de acordo com o capítulo IV do *Manual Contábil das Operações do Mercado de Saúde Suplementar* (RN 435/2018), contabiliza todos os gastos incorridos em sua rede própria (Hospital Evangélico de Londrina) em grupo contábil transitório (apuração de custos), posteriormente distribuindo tais gastos entre os grupos de “*Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência à Saúde*” (quando atrelados aos atendimentos de seus próprios beneficiários) e “*Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operad.*” (quando atrelados a atendimentos prestados a outros convênios e particulares).

A Operadora precifica todos os atendimentos médicos ocorridos na rede própria, conforme tabelas previamente definidas, independentemente de ser beneficiário do plano ou outro paciente. Essa precificação não é registrada contabilmente, sendo realizada somente por meio de controles gerenciais. Usando tal técnica, no final do mês, a operadora tem todos os atendimentos precificados nas mesmas bases ou em valores próximos.

Com base nesses valores de “faturamento próprio” a Operadora rateia os custos, registrando contabilmente as receitas com atendimentos a pacientes que não sejam seus beneficiários no grupo “*Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora*”, e os custos referentes aos atendimentos desses pacientes no grupo “*Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operad.*”. Em relação aos seus beneficiários, a AEBEL registra no grupo “*Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência à Saúde*”, os custos incorridos para atendimento, que será apurado pela proporcionalidade das despesas em relação ao “faturamento próprio” dos atendimentos relacionados a esses beneficiários, que a operadora tem precificado em controles gerenciais.

e) Reconhecimento de Eventos Indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e rede própria na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte destas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, existem eventos realizados nestes prestadores que não são tempestivamente cobrados ou avisados na totalidade à Entidade, ao final de cada mês os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados, calculada atuarialmente. Conforme plano de contas padrão estipulado pela RN 435/2018, existe segregação contábil entre PEONA SUS e Demais Prestadores.

f) Disponível

Disponíveis são os saldos denominados caixa e equivalentes de caixa que incluem caixa, banco conta depósito e aplicações financeiras de liquidez imediata, com risco insignificante de mudança de valor e que visam a atender compromissos de curto prazo.

g) Aplicações Financeiras

Incluem aplicações financeiras resgatáveis no prazo contratado e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são apresentadas como ativo circulante.

As aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas estão destinadas a cobrir os riscos assistenciais, caso estes se traduzam em despesas. Os recursos aplicados nesses ativos obedecem aos limites percentuais pré-definidos pela ANS, bem como a aceitação, a diversificação e porte da operadora de plano de saúde, de acordo com a sua natureza e riscos inerentes. As aplicações financeiras garantidoras são classificadas em curto ou longo prazo conforme as Provisões Técnicas.

As demais aplicações financeiras, livres de vinculação exigida pela ANS, estão representadas substancialmente por valores mantidos em títulos de renda fixa e fundos de investimento que priorizam a segurança e liquidez nos investimentos, tendo como premissa a aplicação desses recursos em Instituições de primeira linha.

h) Estoques

Os estoques referem-se, substancialmente, a materiais e medicamentos para atendimento aos seus beneficiários, pacientes SUS e demais clientes. Estes estoques são reconhecidos pelo custo (médio) de aquisição, igual ou inferior aos valores de reposição e de mercado.

i) Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

São registrados e mantidos no ativo pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de *“contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Médico-Hospitalares”* contabilizadas na forma de pró-rata-dia nos termos da RN 435/18 da ANS.

j) Provisão para Perdas sobre Créditos - PPSC

Com base nas normas da ANS e em conformidade com a RN 435/18, foram calculadas perdas estimadas sobre créditos, considerando a totalidade do crédito por contrato nos casos de uma parcela vencida a mais de 60 dias para planos individuais / familiares e mais de 90 dias nos demais planos (coletivos empresariais e adesão) e sobre outros créditos não relacionados com planos.

k) Créditos Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos Saúde da Operadora

São registrados e mantidos no ativo pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, referente aos serviços médicos e hospitalares devidos por diversos convênios, SUS e pacientes particulares, em contrapartida à conta de resultado de *“receitas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da Operadora”*.

l) Despesas Antecipadas

As despesas e dispêndios antecipados foram registrados no Ativo Circulante, sendo apropriadas mensalmente, pelo regime de competência.

m) Despesas de Comercialização Diferidas (Comissões a Apropriar)

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais amortizadas ao resultado em até 12 meses, conforme histórico médio da Operadora. Apenas as despesas de comercialização referentes aos contratos ativos permanecem diferidas, ou seja, quando um contrato é

cancelado no transcorrer do período de vigência de diferimento, o saldo residual remanescente é integralmente reconhecido como despesa do período em que o cancelamento for realizado.

n) Investimentos – Participações Societárias pelo Método do custo

Os investimentos são compostos por cotas de participação em cooperativas de crédito, em função de contas garantidas, onde há um limite para uso financeiro garantido pela aquisição dessas cotas. Sua movimentação acontece pela liquidação e aquisição de acordo com a necessidade financeira no decorrer da movimentação, utilizando-se o método do custo.

o) Imobilizado

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear sobre o valor depreciável dos bens, apurado com base em estimativa de vida útil e limitado ao valor residual recuperável de conformidade com a RN 435/18.

p) Isenções Usufruídas - Imposto de Renda, Contribuição Social, Cota INSS, PIS e COFINS

A Associação é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos e possuidora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Portanto, goza de benefícios fiscais, cujas isenções obtidas estão contabilizadas consoantes disposições emanadas do Conselho Nacional de Assistência Social, conjugadas com Ordens de Serviço do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Normas Brasileiras de Contabilidade, Decreto 8.242, Portaria 834 e ITG 2002, como seguem:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
INSS Cota Patronal/SAT/Terceiros	R\$ 12.204.760	R\$ 12.084.303
PIS s/ Folha de Pagamento	R\$ 1.478.854	R\$ 1.436.073
PIS e COFINS	R\$ 11.039.738	R\$ 11.837.785
IRPJ e CSLL	R\$ -	R\$ 7.593.220
Imposto Sobre Serviços	R\$ 7.373.519	R\$ -
	<u>R\$ 32.096.871</u>	<u>R\$ 32.951.381</u>

q) **Direitos e Obrigações**

Os direitos e obrigações são apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos auferidos ou incorridos.

r) **Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, seja provável que será necessária uma saída de recurso que incorpora benefícios econômicos para liquidar a obrigação, e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

- **Provisão para Riscos Cíveis e Trabalhistas** - São constituídos levando-se em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores da mesma complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, os classificados como remotos não são reconhecidos nem divulgados.
- **Provisões técnicas de operações de assistência à saúde** - A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA Geral) é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. A PEONA SUS não é calculada atuarialmente, sendo mensurada e contabilizada a partir de relatórios extraídos do website da ANS, conforme permissão prevista no Art. 12º da RN 393/2015.

A provisão de eventos a liquidar é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente.

A provisão de eventos a liquidar para o Sistema Único de Saúde (SUS) é calculada a partir das notificações enviadas pelo SUS, representando obrigação legal de restituir as despesas em eventual atendimento de seus beneficiários.

A Provisão para Prêmios ou Contraprestações Não Ganhas (PPCNG) é calculada pro rata dia, com base nos prêmios dos planos de saúde e odontológicos, representando o valor cobrado pela operadora proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do próprio mês em que a vigência de cobertura do risco foi iniciada em benefício do cliente.

A Provisão para Remissão é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros a incorrer com contratos remidos.

s) Valor Recuperável dos Ativos

Em consonância com a NBC TG 01, aprovada pela Resolução 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, a Associação realizou avaliação sobre a existência de indícios (internos ou externos) que pudessem sugerir a necessidade de ajustes ao valor recuperável dos ativos. Como resultado de tal avaliação não foram identificados tais indícios, sendo dispensada a aplicação do Teste de Recuperabilidade, nos termos da legislação vigente.

t) Receitas Financeiras e Despesas Financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de rendimentos de aplicações, atualizações financeiras efetivamente recebidas sobre títulos liquidados em atrasos pelos clientes e outras atualizações monetárias ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem, principalmente, despesas bancárias, taxas de operação com bandeiras de cartão de crédito/débito e descontos concedidos a cliente em negociações eventuais para recebimentos de títulos em atraso.

u) Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na área/atividade de saúde, e dada a imaterialidade das demais operações, não são apresentadas informações por segmento, nos termos e permissões previstas no CPC 22 – Informação por Segmento.

v) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo método direto, considerando o modelo preconizado e sugerido por legislação emanada da ANS e Conselho Federal de Contabilidade. A conciliação entre o método indireto está demonstrada na Nota Explicativa 29. Para fins de atendimento à Portaria MS nº 834 de 26/04/2016, esclarece-se que a área de atuação preponderante da Entidade é a da Saúde.

4. DISPONÍVEL

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa	1.154,79	19.535,42
Bancos Conta Movimento	2.559.435,03	6.214.989,67
Aplicações de Liquidez Imediata	1.128.308,73	-
	<u>3.688.898,55</u>	<u>6.234.525,09</u>

Os montantes alocados na conta Aplicações de Liquidez Imediata correspondem aqueles equivalentes de caixa que, cumulativamente, tenham conversibilidade imediata em caixa, alta liquidez, expectativa de uso na gestão de caixa (e não investimento) e irrelevante risco de mudança de valor.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	21.588.787,31	11.197.611,67
- Títulos de Renda Fixa - Privado	7.873.067,89	11.197.611,67
- Títulos de Renda Fixa - Público	13.715.719,42	-
Aplicações Livres	4.005.850,74	12.393.177,05
- Títulos de Renda Fixa - Privado	1.827.678,07	925.552,80
- Títulos de Renda Fixa - Público	1.610.365,89	-
- Outras Aplicações	567.806,78	11.467.624,25
	<u>25.594.638,05</u>	<u>23.590.788,72</u>

Neste grupo são alocados os depósitos bancários destinados à cobertura de Provisões Técnicas e demais aplicações livres oriundas de sobras operacionais, que não tenham a característica de equivalentes de caixa.

6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	2021	2020
Contraprestações Pecuniárias a Receber (a)	5.844.726,85	4.825.735,88
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC (b)	(3.621.641,21)	(2.756.687,33)
	2.223.085,64	2.069.048,55
Participação de Beneficiários em Eventos (a)	3.756.918,68	2.112.990,70
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC (b)	(766.665,63)	(512.891,45)
	2.990.253,05	1.600.099,25
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde (c)	33.562,25	2.892.365,04
	33.562,25	2.892.365,04
	5.246.900,94	6.561.512,84

- a) O saldo de “Contraprestações Pecuniárias a Receber” refere-se a recebíveis oriundos de mensalidades do Plano Hospitalar, e “Participação de Beneficiários em Eventos” correspondem os créditos oriundos das utilizações dos beneficiários (Coparticipações).
- b) O saldo da conta “Provisão para Perdas sobre Créditos - PPSC” refere-se aos valores calculados de acordo com a RN 435/18 da ANS. Considera-se a totalidade do crédito, por contrato, caso existam títulos vencidos a mais de 60 dias para planos familiares e mais de 90 dias nos demais planos (coletivos empresariais e adesão).
- c) Os “Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde” referem-se aos recebíveis oriundos dos reajustes retroativos de custo e faixa etária, suspensos por determinação da ANS entre Set/20 e Dez/20.

Abaixo é apresentado quadro com a idade de saldo dos recebíveis:

	Contraprestações Pecuniárias a receber			Participação dos Beneficiários em Eventos	Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	
	Planos Familiares - Pré Estabelecido	Planos Coletivos - Pré Estabelecido	Total		Assistência à Saúde	Total
A Vencer	108.873,22	136.125,61	244.998,83	2.624.652,97	1.603,73	2.871.255,53
Vencidos até 30 dias	1.214.962,34	283.176,44	1.498.138,78	299.427,96	3.355,49	1.800.922,23
Vencidos de 31 a 60 dias	598.319,47	84.871,25	683.190,72	154.072,24	3.359,75	840.622,71
Vencidos de 61 a 90 dias	207.638,77	33.555,29	241.194,06	72.597,81	4.732,23	318.524,10
Vencidos acima de 91 dias	2.880.971,25	296.233,21	3.177.204,46	606.167,70	20.511,05	3.803.883,21
	5.010.765,05	833.961,80	5.844.726,85	3.756.918,68	33.562,25	9.635.207,78
(-) Prov. p/ Perdas s/ Créditos - PPSC	(3.296.854,10)	(324.787,11)	(3.621.641,21)	(766.665,63)		(4.388.306,84)
	1.713.910,95	509.174,69	2.223.085,64	2.990.253,05	33.562,25	5.246.900,94

7. CRÉDITO DE OPER. ASSIST. À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	2021	2020
Créditos Oper.Assist.Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	15.867.677,50	8.958.985,42
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC	(209.033,27)	(938.474,79)
	15.658.644,23	8.020.510,63

Referem-se a valores de outros créditos a receber, também relacionado à atividade de saúde, porém sem relação com o plano de saúde da AEBEL. São valores substancialmente devidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e outros convênios particulares, que tiveram pacientes atendidos no Hospital Evangélico de Londrina.

8. BENS, TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Estoques	7.864.532,32	6.335.401,44
Cheques a Receber	166.475,08	389.994,35
Adiantamentos a Receber	811.535,16	1.359.439,11
Cartão de Crédito / Débito a Receber	1.672.501,17	1.182.045,78
Cessão de Ativos a Receber	970.921,54	1.009.088,77
Semestralidades a Receber	1.497.516,85	1.494.066,28
Desapropriação Faria Lima (P.M.L.)	1.438.326,41	1.319.000,00
Títulos a Receber - Venda Terreno	1.666.666,64	4.166.666,67
Contas a Receber de Pacientes (em cobrança judicial)	2.649.190,71	2.315.840,68
Depósitos não compensados (mensalidades)	-	2.609,09
Mensalidades a Receber - Afastados AEBEL	239.167,56	-
Caução - Copel	191.570,71	191.570,71
Recursos Públicos a receber	546.785,25	-
Condomínios	978,00	195,60
Outros Créditos a Receber	24.706,27	2.207,15
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos	(3.859.349,07)	(3.674.684,48)
	<u>15.881.524,60</u>	<u>16.093.441,15</u>
- Circulante - Bens e Títulos a Receber	13.956.676,40	12.580.492,33
- Não Circulante - Títulos e Créditos a Receber	1.645.363,67	3.177.237,38
- Não Circulante - Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	279.484,53	335.711,44
	<u>15.881.524,60</u>	<u>16.093.441,15</u>

Os saldos de “Estoques” correspondem, substancialmente, à materiais de uso clínico e medicamentos para consumo no Hospital Evangélico de Londrina. Tais estoque foram avaliados segundo as diretrizes emanadas do CPC 16 (R1), inexistindo ajuste ao valor realizável líquido.

O valor alocado na conta “Desapropriação Faria Lima (P.M.L.)” corresponde aos recebíveis originados da desapropriação parcial do terreno onde atualmente localiza-se a Unidade de Apoio Faria Lima, nos termos do processo 0057398-12.2018.8.16.0014 que tramita na 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, correspondente à 1.371,5 mts².

O valor alocado na conta “(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos” corresponde, substancialmente, aos saldos alocados nos grupos “Contas a Receber de Pacientes (em cobrança judicial)” e “Mensalidades a Receber – Afastados AEBEL”, mensurado segundo as diretrizes apresentadas na nota explicativa 3, item “j”.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depósitos Judiciais - Fiscais	1.665.931,25	1.619.601,49
Depósitos Judiciais - Ressarcimento ao SUS	187.699,90	342.555,44
Depósitos Judiciais - TSS e Multas ANS	100.384,59	234.584,16
Depósitos Judiciais - Cíveis	51.537,74	116.035,07
Depósitos Judiciais - Trabalhista	674.382,24	1.628.691,69
	<u>2.679.935,72</u>	<u>3.941.467,85</u>

Os depósitos judiciais foram atualizados com base nos relatórios da assessoria jurídica, bem como nos extratos emitidos pelas instituições financeiras custodiantes.

10. INVESTIMENTOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Cotas Uniprime (c)	147.342,59	30.000,70
Cotas Sicoob (c)	119.706,56	106.622,13
Cotas Sicredi (c)	964,57	926,31
Propriedades para Investimentos - Terreno	47.000,00	47.000,00
Propriedades para Investimentos - Edificações (a)	326.000,00	326.000,00
Bens em Cessão de Direitos (b)	674.613,35	572.044,92
	<u>1.315.627,07</u>	<u>1.082.594,06</u>

- a) Referente a sala e garagens localizado no Centro Médico sito à Avenida Bandeirantes nº 500;
- b) Referente a bens cedidos a terceiros mediante contratos de cessão, avaliados ao custo de fabricação.
- c) Referem-se a cotas de capital em cooperativas de créditos, avaliadas ao método de custo.

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O ativo imobilizado e intangível encontra-se reconhecidos pelo custo histórico nos termos da RN 435/18. As taxas de depreciação e amortização estão adequadas conforme as melhores estimativas de vida útil e valor residual recuperável, em conformidade com o previsto na NBC TG 27, aprovada pela Resolução 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, calculadas pelo método linear.

a. Movimentações ocorridas no período

	Movimentação em 2021					2021
	2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação / Amortização	
Terrenos	10.252.855,71	-	-	-	-	10.252.855,71
Edificações	17.646.979,46	-	-	822.016,24	(1.195.791,84)	17.273.203,86
Instalações	141.231,74	57.942,92	-	-	(26.622,34)	172.552,32
Máquinas e Equipamentos	7.145.220,57	2.566.552,09	(39.560,03)	-	(1.409.583,23)	8.262.629,40
Instrumentos Cirúrgicos	102.222,69	600.164,11	(2.703,20)	-	(95.033,37)	604.650,23
Equipamentos de Informática	971.647,98	177.729,10	(0,00)	-	(407.601,32)	741.775,76
Móveis e Utensílios	1.766.012,42	616.494,99	0,00	-	(405.671,94)	1.976.835,47
Veículos	9.806,54	-	-	-	(9.806,54)	0,00
Construções em Andamento	2.127.643,73	6.332.857,26	-	(822.016,24)	-	7.638.484,75
Total Imobilizado	40.163.620,84	10.351.740,47	(42.263,23)	-	(3.550.110,58)	46.922.987,50
Softwares	800.217,72	194.342,17	(67.988,22)	-	(240.870,05)	685.701,62
Total Intangível	800.217,72	194.342,17	(67.988,22)	-	(240.870,05)	685.701,62
Imobilizado e Intangível	40.963.838,56	10.546.082,64	(110.251,45)	-	(3.790.980,63)	47.608.689,12
Hospitalares	34.153.733,08	3.889.660,08	(42.264,74)	822.016,24	(3.418.878,49)	35.404.266,17
Não Hospitalares	3.882.244,03	129.223,13	1,51	-	(131.232,09)	3.880.236,58
Imobilizações em Curso	2.127.643,73	6.332.857,26	-	(822.016,24)	-	7.638.484,75
Intangível	800.217,72	194.342,17	(67.988,22)	-	(240.870,05)	685.701,62
	40.963.838,56	10.546.082,64	(110.251,45)	-	(3.790.980,63)	47.608.689,12

b. Quadro resumo

	Custo Original	Depre. Acumul.	Líquido 2021	Líquido 2020
Terrenos	10.252.855,71	-	10.252.855,71	10.252.855,71
Edificações	31.132.321,60	(13.859.117,74)	17.273.203,86	17.646.979,46
Instalações	440.256,41	(267.704,09)	172.552,32	141.231,74
Máquinas e Equipamentos	22.262.695,61	(14.000.066,21)	8.262.629,40	7.145.220,57
Instrumentos Cirúrgicos	1.462.208,94	(857.558,71)	604.650,23	102.222,69
Equipamentos de Informática	3.983.858,44	(3.242.082,68)	741.775,76	971.647,98
Móveis e Utensílios	5.975.209,18	(3.998.373,71)	1.976.835,47	1.766.012,42
Veículos	285.703,02	(285.703,02)	-	9.806,54
Construções em Andamento	7.638.484,75	-	7.638.484,75	2.127.643,73
Total Imobilizado	83.433.593,66	(36.510.606,16)	46.922.987,50	40.163.620,84
Softwares	2.825.340,34	(240.870,05)	685.701,62	800.217,72
Total Intangível	2.825.340,34	(240.870,05)	685.701,62	800.217,72
Imobilizado e Intangível	86.258.934,00	(36.751.476,21)	47.608.689,12	40.963.838,56
Hospitalares	70.427.780,09	(3.418.878,49)	35.404.266,17	34.153.733,08
Não Hospitalares	5.367.328,82	(131.232,09)	3.880.236,58	3.882.244,03
Imobilizações em Curso	7.638.484,75	-	7.638.484,75	2.127.643,73
Intangível	2.825.340,34	(240.870,05)	685.701,62	800.217,72
	86.258.934,00	(3.790.980,63)	47.608.689,12	40.963.838,56

Inexistem ativos imobilizados oferecidos como garantia em operações de empréstimos ou demais obrigações com terceiros.

As “Construções em Andamento” decorrem de investimentos feitos, ao longo de 2021, em obras para melhoria da estrutura física do Hospital Evangélico de Londrina, compreendendo reforma do pronto socorro, construção de escada enclausurada e novos elevadores, ampliação da rede elétrica e de gases medicinais, dentre outros. A transferência para o grupo de “Edificações” se dá somente quando a obra é finalizada e com laudos emitidos pelas equipes de engenharia e arquitetura.

12. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisão de Contraprestação não Ganha - PPCNG (e)	5.420.484,44	5.193.594,45
Provisão para Remissão (d)	1.030.153,19	955.345,08
PESL - Ressarcimento ao SUS (f)	2.812.193,88	3.881.546,35
PESL - Honorários Médicos (a)	-	11.316,82
PESL - Hospitais, Laboratórios e Clínicas (a)	2.732.320,66	3.802.609,70
PESL - Rede Credenciada - Pessoa Física (a)	262.308,03	281.275,51
PESL - Em Rede Própria - Pessoa Física (a)	383.773,77	-
PESL - Em Rede Própria - Pessoa Jurídica (a)	1.060.576,60	-
Reembolsos (b)	28.319,43	4.018,11
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) (c)	5.131.139,32	4.092.577,71
	<u>18.861.269,32</u>	<u>18.222.283,73</u>
- Circulante	17.704.148,91	16.963.538,13
- Não Circulante	1.157.120,41	1.258.745,60
	<u>18.861.269,32</u>	<u>18.222.283,73</u>

- a) Corresponde aos eventos conhecidos a liquidar de assistência à saúde, ou seja, são todas as obrigações que envolvem os custos com assistência à saúde médico-hospitalar – produção médica, hospitais, laboratórios, clínicas, materiais e medicamentos, intercâmbios, e outros custos relacionados exclusivamente com a saúde de usuários próprios da Operadora;
- b) Corresponde ao reembolso aos usuários dos planos de assistência à saúde, de despesas assistenciais pagas por eles;
- c) É uma provisão estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela operadora, ou seja, a operadora não tenha o conhecimento de tais atendimentos. Cabe destacar que a PEONA SUS não é calculada atuarialmente, sendo mensurada e contabilizada a partir de relatórios extraídos do website da ANS, conforme permissão prevista no Art. 12º da RN 393/2015.
- d) Esta provisão somente deverá ser constituída pelas operadoras que concedem a remissão aos seus beneficiários. Entende-se por remissão o fato de os beneficiários ficarem isentos do pagamento das contraprestações, por um prazo pré-determinado, em função da ocorrência de um evento gerador, em geral morte, desemprego ou invalidez, conforme definido em contrato;
- e) A PPCNG é constituída a partir do início da vigência da cobertura, no último dia de cada mês, com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de prêmio ou contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil.
- f) Em 31/12/2021 a AEBEL possuía R\$ 1.819.991,78 a pagar de Ressarcimento ao SUS, com GRUs tempestivamente emitidas. Ademais, reconheceu outros R\$ 992.202,09 correspondentes aos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI) notificados à Operadora e ainda não cobrados pela ANS (sem emissão de GRU), valor este superior em R\$ 420.520,44 ao divulgado pela ANS, dado que consideramos como provável desembolso futuro de caixa.

13. DÉBITOS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM O PLANO DA OPERADORA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Honorários Médicos - PJ (a)	2.071.083,12	3.215.947,93
Honorários Médicos - PF (a)	274.233,87	440.870,29
Honorários Médicos - Repasse SUS	3.474.239,07	1.098.085,26
Convênio SESA / FUNSAÚDE (b)	43.389,96	62.168,35
	<u>5.862.946,02</u>	<u>4.817.071,83</u>

- a) Corresponde aos valores de transações de operações de assistência médico-hospitalares não relacionados com o plano de saúde da Operadora;
- b) Valores referentes às emendas parlamentares, ainda não reconhecidas como receitas por não satisfazerem todos os critérios de reconhecimento preconizados pelas regras contábeis emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- c) Montante referente à honorários médicos a repassar para prestadores, decorrentes de serviços prestados em atendimentos voltados aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS

14. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

São registrados nesse grupo todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços médico-hospitalares, administrativos e de pessoal.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
INSS Retido a Recolher	304.444,88	406.344,15
FGTS a Recolher	494.616,92	459.144,40
Outros Tributos Retidos	1.246.039,34	1.132.068,60
Parcelamento - FGTS (a)	3.186.222,60	4.254.639,40
	<u>5.231.323,74</u>	<u>6.252.196,55</u>
- Circulante	2.690.981,66	3.861.174,63
- Não Circulante	2.540.342,08	2.391.021,92
	<u>5.231.323,74</u>	<u>6.252.196,55</u>

- a) Tal tributária foi atualizada conforme relatórios disponibilizados por agente da Caixa Econômica Federal. As cobranças registradas representam a totalidade do passivo devido, já atualizadas pelos órgãos competentes e líquidas dos descontos / abatimentos aos quais a AEBEL goza por direito legal e contratual (cujas condições primárias e secundárias vêm sendo integral e tempestivamente cumpridas, sem qualquer evidência / expectativa de que ocorra o contrário no futuro).

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Tais montantes referem-se a financiamentos obtido junto a instituições financeiras e outras para manutenção da atividade.

	<u>Tx % (mês)</u>	<u>Garantias</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Empréstimos BRADESCO	0,78%	Créditos Recebíveis	4.189.957,20	5.713.578,00
Empréstimos BRADESCO II	0,65%	Créditos Recebíveis	5.554.403,40	7.263.450,60
(-) Encargos a Transcorrer			(1.153.971,45)	(1.996.513,65)
			8.590.389,15	10.980.514,95
		Circulante	2.849.593,07	2.734.501,77
		Não Circulante	5.740.796,08	8.246.013,18
			8.590.389,15	10.980.514,95

Inexistem cláusulas “covenants”, atreladas aos contratos vigentes, que estipulem metas de desempenho financeiro e/ou relacionadas a pontuações mínimas em indicadores.

16. DÉBITOS DIVERSOS

Este grupo de contas apresenta as dívidas da entidade com terceiros, não relacionados ao plano de saúde, referente a aquisições de materiais e de serviços, despesas com pessoal, adiantamentos de terceiros, receitas a apropriar, multas parceladas, entre outros.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores	8.466.652,07	9.395.938,23
Salários a Pagar	4.001.265,33	4.373.470,47
Férias a Pagar	5.387.126,67	5.046.162,29
13º a Pagar	-	-
Outras Obrigações com Pessoal	125.952,20	108.884,04
Adiantamentos de Pacientes - Particular	48.192,43	41.671,00
Adiantamentos de Terceiros	53.900,00	4.151,00
Receitas a Apropriar (Prêmio de Preferência)	483.333,32	683.333,32
Receitas a Apropriar (NeoPax CPO)	1.008.000,00	545.000,00
Acordos Judiciais Cíveis	35.000,00	-
Honorários Médicos - Confissão de Dívida	-	304.939,02
Multa CADE	169.599,58	562.741,10
Multas A.N.S.	-	86.400,00
Outros Valores a Pagar	55.009,07	166.579,87
	19.834.030,67	21.319.270,34
- Circulante	18.710.697,35	19.820.485,91
- Não Circulante	1.123.333,32	1.498.784,43
	19.834.030,67	21.319.270,34

17. PROVISÕES

A Entidade constitui provisão para contingências com base na opinião de seus assessores jurídicos externos. Com isso, a entidade provisiona a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas processuais.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisões Cíveis	631.871,80	731.857,05
Provisões Trabalhistas	5.348.555,36	5.423.970,16
	<u>5.980.427,16</u>	<u>6.155.827,21</u>

Contingências cíveis e trabalhistas são caracterizadas em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode ocorrer saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Entidade. A Entidade também possui processos cujas expectativas de perdas são classificadas como possíveis, na opinião dos assessores jurídicos externos. A Entidade não provisiona os valores envolvidos nestes processos, porém os divulga, conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contingências Cíveis (a)	R\$ 20.202.550	R\$ 20.261.922
Contingências Trabalhistas	R\$ 3.299.734	R\$ 6.112.839
	<u>R\$ 23.502.283</u>	<u>R\$ 26.374.761</u>

(a) A Entidade é ré em diversas ações cíveis, sendo as principais relacionadas a indenizações por danos morais e materiais.

17.1 PROSUS

A Associação aderiu, nos termos da Lei 12.873 de 24/10/2013, ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde – PROSUS, conforme deferimento definitivo atribuído pela Portaria nº 124 de 04/02/2016. Tal programa tem por finalidade, entre outras, garantir o acesso e a qualidade de ações e serviços públicos de saúde oferecidos pelo SUS por entidades de saúde privadas filantrópicas e entidades de saúde sem fins lucrativos, sendo viabilizado por meio da concessão de moratória e remissão das dívidas vencidas no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observadas as condições em Lei. A AEBEL encontra-se regular com o cumprimento das obrigações previstas em lei e demais regulamentos aplicáveis, em pleno direito ao gozo dos benefícios advindos do programa. A dívida originalmente incluída no programa totalizava aproximadamente R\$ 73,9 milhões (valores originais, sem encargos) e, após as remissões já efetivadas até a presente data, tem saldo residual de aproximadamente R\$ 24,9 milhões.

18. PATRIMÔNIO SOCIAL

18.1 PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social está dividido em 31 (trinta e uma) “cotas de contribuição social”, sendo que 14 (catorze) são cotas associativas e 17 (dezessete) meramente escriturais.

18.2 RESERVAS

As reservas regulamentadas por lei estão assim compostas na data do balanço:

	(Reclassificado)	
	2021	2020
Reservas Patrimonial – Hospital	16.296.023,61	16.296.023,61
Reservas Patrimonial – Hospitalar	200.000,00	200.000,00
Reserva de Reavaliação (a)	7.050.167,19	7.771.474,85
Reserva de Retenção de Superávit (b)	29.187.771,22	14.142.309,18
	<u>52.733.962,02</u>	<u>38.409.807,64</u>

- a) Se destina a escriturar, exclusivamente, os valores decorrentes das contrapartidas de valores atribuídos a quaisquer elementos do ativo imobilizado em virtude de reavaliações, com base em laudos, realizados em 2007. A realização de tal conta se dá em contrapartida “Superávit/Déficit Acumulados”, na medida em que o bem imobilizado é realizado em função de depreciação, baixa ou venda. Tal realização é tratada como “Outros Resultados Abrangentes” na DRA.
- b) A “Reserva de Retenção de Superávit” destina-se ao registro dos excedentes oriundos do superávit do exercício e outros resultados abrangentes, atuais e acumulados, que permanecem na Entidade por força Estatutária e que são reaplicados na consecução de suas atividades fim, sem qualquer tipo de distribuição aos associados/mantenedoras.

19. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS / PRÊMIOS RETIDOS

As receitas com contraprestações correspondem, exclusivamente, a planos de cobertura assistencial com preço pré-estabelecido médico/hospitalar, firmados nas modalidades individual/familiar, coletivos por adesão e coletivos empresariais.

	2021	2020
Planos Individuais / Familiares	103.142.913,86	106.285.030,47
Planos Coletivos por Adesão	4.103.306,93	1.193.745,17
Planos Coletivos Empresariais	32.264.917,34	25.630.113,43
	<u>139.511.138,13</u>	<u>133.108.889,07</u>

Vidas em 31/Dez - Planos Individuais	29.526	31.739
Vidas em 31/Dez - Planos Coletivos por Adesão	2.783	1.702
Vidas em 31/Dez - Planos Coletivos Empresariais	13.988	12.179

20. EVENTOS / SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS

Evento é qualquer despesa que a Operadora incorra para a prestação do atendimento referente à cobertura contratual do beneficiário do plano de saúde comercializado. No quadro abaixo demonstramos o custo assistencial incorrido e reconhecido segundo principais origens e modalidades:

	2021	2020
Pagamento por Procedimento	54.619.654,33	49.767.370,57
Pagamento por Orçamento Global	350.097,49	360.639,63
Pagamento por Pacote	5.472.471,77	5.248.792,78
Rateio de Custos de Recursos Próprios	41.237.769,25	34.322.689,53
Reembolsos	193.731,73	199.778,52
Ressarcimento ao S.U.S.	718.736,80	1.977.270,20
	102.592.461,37	91.876.541,23

20.1 TAP – TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVOS

A Operadora não realizou o teste de adequação do passivo – TAP, conforme exigido pela RN nº 435/2018 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, pois não é enquadrada como operadora de grande porte.

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS COM PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	2021	2020
Outras Despesas de Oper. de Planos de Assist. à Saúde	704.727,44	-
Despesas com Cobrança	179.379,95	-
Auditoria Médica	339.586,58	-
Outras Desp. Diversas com Planos	185.760,91	-
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	443.966,74	145.987,81
Pessoal e Encargos PROMOPREV	323.148,21	116.275,08
Honorários Médicos PROMOPREV	117.142,94	28.571,45
Alugueis PROMOPREV	3.675,59	1.141,28
Provisão para Perdas sobre Créditos	842.812,14	829.111,76
(+) Constituições	1.368.026,96	1.770.323,16
(-) Reversões	(525.214,82)	(941.211,40)

Desde 16/07/2020 a AEBEL tem aprovado pela ANS o Programa de Gerenciamento de Crônicos, cujo principal objetivo é promover o acompanhamento de beneficiários com doenças crônicas e comorbidades instaladas, visando a prevenção de novos agravos e estabilização do quadro clínico.

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	112.967.026,30	94.578.100,86
Convênios Diversos e Particulares	71.169.674,99	54.315.855,90
(-) Deduções Receita Prestação de Serviços	(789.455,07)	(572.826,29)
Clínica de Vacinas	1.072.812,96	1.317.394,50
Receitas Operacionais - Sistema SUS	26.858.690,19	20.177.853,07
Atendimentos ABRAMGE	176.259,29	62.454,80
Cessão de bens imoveis	4.321.721,18	4.007.535,26
Contratos Diversos - Prestação Serviços	418.439,58	683.213,26
Receitas Internas de Estrutura	3.657.595,76	7.044.645,70
Repasse Verbas Públicas e Doações	6.035.034,95	7.223.798,45
Outras Receitas	46.252,47	318.176,21
Outras Despesas Oper. Assist. Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	(124.702.163,80)	(108.811.662,45)
Custo Ociosidade	(6.834.070,44)	(6.156.601,33)
Honorários Médicos	-	-
Absorção Custo (Rateio)	(113.981.155,75)	(94.671.947,16)
Obrigações Judiciais - (Bloqueios)	-	(3.718,77)
Outras Despesas Diversas	(3.886.937,61)	(7.979.395,19)

As “Receitas Internas de Estrutura” decorrem da recuperação de despesas, receitas com ações judiciais, repasses de terceiros e parceiros conforme estipulação contratual específica, amortização da dívida junto ao FGTS, entre outros.

As despesas com “Ociosidade” correspondem aos gastos incorridos em Rede Própria não apropriados ao custo assistencial da Operadora, seguindo a determinação presente na RN 435/2018.

23. PROVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Associação é uma entidade sem fins lucrativos e, portanto, goza de benefícios fiscais, cujas isenções obtidas estão contabilizadas, consoantes disposições emanadas do Conselho Nacional de Assistência Social, conjugadas com Ordens de Serviço do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Normas Brasileiras de Contabilidade.

24. PROVISÕES TÉCNICAS E GARANTIAS FINANCEIRAS – RESOLUÇÃO ANS 393/15, 392/15, 227/10 e 451/20

A AEBEL, enquanto operadora de planos de saúde, deve observar regras emitidas pela ANS que se referem à constituição de provisões técnicas, solvência e manutenção de recursos próprios mínimos para cobertura de tais provisões. Tais regras são disciplinadas, fundamentalmente, pelas Resoluções

Normativas (RN) 227/2010, 392/2015, 393/2015 e 451/2020, lidas em conjunto com as regras contábeis descritas na RN 435/2018. Abaixo temos as principais exigências e requisitos oriundos de tais normativos:

a) Capital Regulatório (CR):

Representa o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital regulamentadas na RN 451/2020. O capital regulatório a ser observado pelas operadoras até dezembro de 2022 será o maior entre os seguintes valores: I – o capital base; ou II – a margem de solvência. A Operadora decidiu não adotar antecipadamente o Capital Baseado em Riscos (CBR), nos termos da Seção IV da RN 451/2020.

a.1) Capital Base (CB):

O Capital Base representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido da Operadora, ajustado anualmente por efeitos econômicos (IPCA) na forma da regulamentação específica. É calculado a partir da multiplicação do capital de referência pelo fator 'K', ambos obtidos na tabela do Anexo I da RN 451/2020. Em 31 de dezembro de 2021 a AEBEL possuía exigência de Capital Base de R\$ 327.786,25 ($R\$ 9.726.594,88 \times 3,37\%$), de forma que o Patrimônio Líquido da Associação apresenta suficiência em relação ao mínimo exigido pela norma.

a.2) Margem de Solvência (MS):

A Margem de Solvência é regulamentada pelo artigo 5º da RN 451/2020 da ANS, e corresponde à regra de capital que define um montante variável a ser observado em função do volume de contraprestações e eventos indenizáveis aferidos pela operadora, sendo apurada mensalmente e devendo corresponder ao maior montante entre os seguintes valores:

I - 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pré-estabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido; ou

II – 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos trinta e seis meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pré-estabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido.

O Capital Regulatório (CR) da AEBEL, atualizado até em 31/12/2021 é de R\$ 29.741.006,64 enquanto o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) está em R\$ 51.159.822,11. Nesse contexto, apuramos suficiência de R\$ 21.418.815,47 em relação ao mínimo exigido.

b) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Regulamentada pela RN nº 393/15 da ANS, representa os eventos ocorridos e não avisados a operadora, cujo valor deve ser baseado em (i) cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, ou (ii) na ausência de nota técnica aprovada pela ANS utilizar 8,5% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses ou 10% dos eventos indenizáveis conhecidos, dos dois o maior.

Em 31 de dezembro de 2021 a AEBEL constituiu esta provisão técnica com base em nota técnica atuarial, na forma definida na RN nº 393/15 da ANS, cujo saldo é de R\$ 4.488.386,52. Também, reconhecemos mais R\$ 642.752,80 de PEONA SUS, conforme informativo divulgado pela ANS, totalizando assim R\$ 5.131.139,32 devidamente contabilizados ao final de 2021.

c) Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL)

Conforme RN 393/15 e RN 435/18, esta provisão deverá ser constituída para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data base de cálculo, de acordo com a responsabilidade retida, observados os seguintes critérios:

I - o registro contábil deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão ou da análise preliminar das despesas médicas; e

II - a identificação da ocorrência da despesa médica será entendida como qualquer tipo de comunicação estabelecida entre o prestador ou beneficiário e a própria operadora, ou terceiro que preste serviço de intermediação de recebimento de contas médicas à operadora.

A PESL abrange os valores a serem reembolsados aos beneficiários e pagos aos prestadores de serviços de saúde, incluindo o Sistema Único de Saúde – SUS.

d) Provisão de Remissão (PR)

A provisão de Remissão prevê a manutenção da cobertura de assistência à saúde, com isenção de pagamento das contraprestações, durante um período de no máximo cinco anos, para os dependentes

de um contrato de saúde, no caso de ocorrência de morte do beneficiário titular. Estes dependentes continuam no plano, entretanto estão remidos da mensalidade pelo prazo estipulado em contrato.

Com base em nota técnica atuarial foi constituída provisão de remissão, cujo saldo em 31/12/2021 é de R\$ 1.030.153,19, dos quais R\$ 980.298,09 estão classificados no passivo não circulante.

e) Ativos Garantidores das Provisões Técnicas

Ativos Garantidores são títulos, valores mobiliários e/ou imóveis registrados no ativo da Operadora, com o objetivo de garantir as provisões técnicas, conforme regras previamente definidas pela ANS. Ou seja, todas as operadoras deverão ter ativos garantidores para lastrear as provisões técnicas exigidas, sendo facultativa a vinculação da parcela da Provisão de Sinistros/Eventos a Liquidar com sinistros avisados nos últimos 30/60 (trinta/sessenta) dias, a depender do porte da operadora.

Em 31/12/2021 a AEBEL possuía R\$ 21.588.787,31 em aplicações financeiras garantidoras, considerados suficientes para lastrear as provisões técnicas exigidas, na forma prevista pelas normas vigentes.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Avaliação de Instrumentos Financeiros

A administração procedeu à análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das Disponibilidades, Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde e Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora e os Passivos Circulantes, principalmente Provisão de Eventos a Liquidar, Débitos de Operações de Assistência à Saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações contábeis, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço.

Em 31 de dezembro de 2021, a Operadora não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

b) Fatores de risco

A Operadora apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

b1) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Operadora não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos em instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a Operadora adota como prática de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência. Com relação às aplicações financeiras, a Operadora dá preferência a realizar aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b2) Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Operadora adota como prática de acompanhamento permanente o fluxo de caixa avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, que normalmente são caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente pequenos.

b3) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de a Operadora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos os seus ativos captados (aplicados) no mercado.

Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Operadora adota a política de aplicações conservadoras em títulos de renda fixa (CDB, Fundos de investimento e RDC), aplicados em diversas instituições financeiras.

b4) Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Operadora e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Operadora. O objetivo da Operadora é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Operadora para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais.

b5) Risco da gestão da carteira de investimentos

A Operadora limita sua exposição a riscos de gestão da carteira de investimento ao investir apenas em títulos de renda fixa privados em diversas instituições financeiras como forma de diluir os riscos. A Administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

b6) Risco de mercado

É o risco de que flutuações nos preços de mercado possam afetar os ganhos da Entidade no valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A AEBEL não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração financeira. Também não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

A Entidade não está exposta a riscos de taxas de juros e/ou riscos cambiais.

b7) Risco de subscrição

O risco de subscrição representa medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição

quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação. A AEBEL continuamente busca, entre outros: A) acompanhar a evolução da sinistralidade e frequência de utilização pelos beneficiários; B) acompanhar a evolução da receita e custo assistencial dos contratos coletivos, visando identificar contratos deficitários antes mesmo dos prazos legais de reajuste; C) acompanhamento contínuo dos valores a pagar a prestadores recorrentes e significativos; D) medir a evolução das receitas e despesas em comparação com os fluxos de caixa projetados; E) acompanhar a inadimplência da carteira, de forma segregada por contrato.

b8) Risco legal

Refere-se à medida de incerteza relacionada aos retornos de uma operadora por falta de um completo embasamento legal de suas operações; é o risco de não-cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive, o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios. A AEBEL busca monitorar periodicamente acompanhar o desenrolar de processos judiciais, especialmente cíveis e trabalhistas, identificando os principais motivadores para combate às fragilidades de controle causadoras. Também é realizado monitoramento permanente sobre as NIPs recebidas.

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Associação adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A Administração contratou seguros, em vigência em 31/12/2021, com cobertura para Edificações e Veículos, em montante que julga suficiente para cobertura dos riscos avaliados. Ademais, possui seguro D&O contra sinistros ligados à responsabilidade civil da administração.

27. PARTES RELACIONADAS

Na data base dessas demonstrações contábeis a Administração da Entidade, em conjunto com opinião emitida por seus assessores jurídicos externos, entende que inexistem partes relacionadas, nos termos da RN 435/18. Não existem Entidades associadas com direitos ou influência significativa para contratar com a instituição em condições que não sejam igualitárias às condições contratadas com terceiros ou alheios.

28. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO – MODELO ITG 2002 (R1)

Abaixo encontra-se demonstrativo de resultado do exercício, conforme modelo adaptado da ITG 2002 (R1):

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas Operacionais Líquidas	<u>254.662.327,94</u>	<u>230.212.838,28</u>
Receitas com Atividades da Saúde	244.382.306,81	219.305.250,90
Receitas com Doações, Emendas e Outros	6.035.034,95	6.900.052,12
Receitas com Outras Atividades	4.244.986,18	4.007.535,26
Custos e Despesas Operacionais	<u>(239.818.607,39)</u>	<u>(212.094.657,94)</u>
Custos e Despesas com Atividades da Saúde	<u>(238.979.010,88)</u>	<u>(211.307.058,79)</u>
Medicamentos, Materiais e Outros Custos	(60.391.859,47)	(44.124.207,87)
Salários, Encargos e FGTS	(63.224.512,23)	(61.035.086,92)
INSS Patronal	(12.081.862,41)	(11.973.191,89)
(-) Isenção INSS Patronal	12.081.862,41	11.973.191,89
Depreciação e Amortização	(3.753.264,36)	(3.523.216,68)
Honorários Médicos e Serviços de Terceiros	(98.348.580,96)	(87.860.283,94)
Aluguéis de Imóveis e Outras Locações	(3.776.823,17)	(3.242.108,92)
Variações em Provisões	(1.857.989,05)	(601.529,00)
Despesas Judiciais e com Contingências	(5.880.309,88)	(3.908.045,16)
Custos e Despesas Diversas	(1.745.671,76)	(7.012.580,30)
Custos e Despesas com Outras Atividades	<u>(839.596,51)</u>	<u>(787.599,15)</u>
Medicamentos, Materiais e Outros Custos	(40.615,98)	(24.155,98)
Salários, Encargos e FGTS	(624.590,66)	(570.102,06)
INSS Patronal	(122.897,63)	(111.110,72)
(-) Isenção INSS Patronal	122.897,63	111.110,72
Depreciação e Amortização	(38.096,67)	(27.232,45)
Honorários Médicos e Serviços de Terceiros	(241.780,07)	(143.035,30)
Aluguéis de Imóveis e Outras Locações	(9.610,18)	(17.318,56)
Despesas Judiciais e com Contingências	(6.697,69)	(1.000,00)
Custos e Despesas Diversas	121.794,74	(4.754,80)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	<u>-</u>	<u>5.300.000,00</u>
Superávit Operacional	<u>14.843.720,55</u>	<u>23.418.180,34</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(519.566,17)</u>	<u>(1.072.192,29)</u>
Receitas Financeiras	2.886.294,75	2.861.552,45
Despesas Financeiras	(3.405.860,92)	(3.933.744,74)
Superávit do Exercício	<u>14.324.154,38</u>	<u>22.345.988,05</u>

A entidade irá revisar, em 2022, sua metodologia de mensuração dos trabalhos voluntários, para fins de reconhecimento da receita e despesa. Dada a atual irrelevância dos saldos (aplicação da característica qualitativa fundamental da “Materialidade”, prevista na NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL), e considerando ser nulo o impacto na posição patrimonial e financeira da Associação, tal divulgação não foi realizada no presente exercício.

29. CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PELO MÉTODO INDIRETO

A seguir demonstramos em quadro abaixo a reconciliação do resultado líquido da DFC nos termos da NBC TG 03 aprovada pela resolução 1.296/10 do Conselho Federal de Contabilidade, e RN 345/18 da ANS:

<u>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Superávit do Exercício	14.324.154,38	22.345.988,05
Ajustes para reconciliação do Superávit do Exercício com a geração de caixa das Atividades Operacionais:	4.044.916,69	8.000.544,76
Depreciações	3.550.110,48	3.219.260,59
Amortizações	240.870,05	331.188,54
Resultado na alienação de investimentos	-	5.300.000,00
Baixas Líquidas - Imobilizado e Intangível	110.251,45	55.156,04
Juros e Encargos Incorridos sobre Empréstimos	842.542,20	1.511.185,63
Recuperação de juros e encargos	-	(391.658,03)
Atualização monetária - Créditos de Longo Prazo	(119.326,41)	-
Provisões Técnicas - PEONA	1.038.561,61	(267.176,04)
Provisões Técnicas - REMISSÃO	74.808,11	(232.631,36)
Constituição Provisão de Perdas Sobre Créditos (PPSC)	844.667,76	829.111,76
Contituição (Reversão) de Provisão para Contingências	(175.400,05)	305.482,09
Receitas Patrimoniais	(2.232.203,93)	(2.289.806,99)
Juros Ativos - Cotas de Investimentos	(129.964,58)	(369.567,47)
Resultado Líquido Ajustado	18.369.071,07	30.346.532,81
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	(11.069.745,94)	(28.835.554,77)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	(1.823.645,26)	1.598.928,91
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	5.475.679,87	3.109.906,95

30. LEITOS CONTRATUALIZADOS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE S.U.S. / APURAÇÃO FILANTROPIA

A AEBEL possui contrato firmado junto à Autarquia Municipal de Saúde e Município de Londrina, para prestação de serviços assistenciais de saúde no âmbito ambulatorial e hospitalar aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. Atualmente os 152 leitos contratualizados estão assim dispostos: 35 leitos para cuidados intensivos e semi-intensivos, dos quais 20 pediátricos / neonatal; 52 leitos cirúrgicos; 47 leitos clínicos; 13 leitos obstétricos; e 5 leitos de internação pediátrica.

No exercício de 2021 a AEBEL cumpriu todos os requisitos mínimos de atendimento ao SUS previstos na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, especialmente aquele de comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Abaixo apresentamos as estatísticas relacionadas às internações e atendimentos ambulatoriais relacionadas em prestação de contas:

PRODUÇÃO - PACIENTES-DIA SUS E NÃO SUS - SISTEMA**SIH/CIHA**

Paciente_Dia SUS	47.345
Paciente_Dia Não SUS	44.503
Total Geral	91.848
% SUS	51,55%

PRODUÇÃO – PACIENTES AMBULATORIAIS DIA SUS E NÃO**SUS - SISTEMA SIA – CIHA**

Atendimentos SUS	36.387
Atendimentos Não SUS	32.817
Total Geral	69.204
% SUS	52,58%
% de Acréscimo (Limite de 10%)	10,00%

Atenção Obstétrica e Neonatal	1,50%
Atenção às urgências e emergências	1,50%
% FINAL	64,55%

31. EVENTOS SUBSEQUENTES**a) Novas Normas Contábeis do Mercado**

Com a publicação da RN ANS nº 472, em vigor a partir do exercício de 2022, as atualizações que irão afetar as demonstrações em comparação com as informações divulgadas para o exercício atual foram devidamente avaliadas pela Operadora, onde se destaca a inclusão/aceitação por parte da ANS do CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A Operadora possui operações enquadradas no escopo do CPC 06 (R2) e ajustará suas demonstrações contábeis a partir de 2022, considerando as novas práticas exigidas. Abaixo são apresentados os impactos patrimoniais e de resultado, caso a norma tivesse sido adotada e aplicada desde 01/01/2021:

ATIVO

	2020	(+)	(-)	2021
Imobilizado				
Direito de Uso de Arrendamentos		4.834.445,30	(1.457.707,28)	3.376.738,02
<i>Principal</i>		4.834.445,30		4.834.445,30
<i>(-) Amortização Acumulada</i>			(1.457.707,28)	(1.457.707,28)

PASSIVO

	2020	(+)	(-)	2021
Circulante				
Passivo de Arrendamentos	1.501.334,01	(14.126,07)	1.487.207,94	1.487.207,94
Valor Bruto	1.544.242,39	63.627,44	1.607.869,83	1.607.869,83
(-) Ajuste ao Valor Presente	(42.908,38)	(77.753,51)	(120.661,89)	(120.661,89)
Não Circulante				
Passivo de Arrendamentos	3.333.111,29	(1.487.207,94)	1.845.903,35	1.845.903,35
Valor Bruto	3.770.314,42	(1.607.869,83)	2.162.444,59	2.162.444,59
(-) Ajuste ao Valor Presente	(437.203,13)	120.661,89	(316.541,24)	(316.541,24)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2020	(+)	(-)	2021
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(410.075,96)	434.566,46	24.490,50
Outras Desp. Oper. Assist. Saúde N. R. c/Planos		(498.451,43)	528.219,88	29.768,45
Despesas Administrativas		(549.179,89)	581.456,05	32.276,16
Despesas Financeiras		(42.908,38)		(42.908,38)
(=) Superávit	-	(1.500.615,66)	1.544.242,39	43.626,73

(*) Na DRE, os acréscimos (+) correspondem aos registros de despesas caso fossem observadas as regras de reconhecimento constantes do CPC 06 (R2). As reduções (-) representam os estornos dos registros efetivamente contabilizados em 2021, à luz da RN 435/2018.

b) Auto de Infração Receita Federal do Brasil

A Associação foi formalmente notificada, em 17/01/2022, por meio de Auto de Infração - Processo Administrativo-Fiscal Nº 10340-721.775/2021-58, lavrado por Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, após fiscalização do período de 01/2017 a 12/2019, referente a contribuições a cargo da empresa, destinadas à seguridade social, na alíquota de 20%, e às contribuições para financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrentes dos riscos ambientais do trabalho (GILRAT), incidentes sobre o total das remunerações devidas ou creditadas a qualquer título aos segurados empregados que lhes prestaram serviços, declaradas em GFIP, no período fiscalizado (R\$77.168.205,70), e, também, referente as Contribuições destinadas à Outras Entidades (FPAS 515 – Contribuições destinadas ao FNDE, ao INCRA, ao SEBRAE, ao SENAC e ao SESC) (R\$ 15.051.650,82). As imputações são infundadas e o risco muitíssimo remoto. As exigências para imunidade e isenção foram totalmente cumpridas. A AEBEL era detentora de CEBAS-Saúde e a atividade de operadora de plano de saúde, na modalidade filantropia, é respaldada na Lei 9.656/1998, catalogada e regulada pela ANS. Sua atividade predominante, pelo Hospital Evangélico de Londrina, cumpriu a totalidade das metas da contratualização SUS e, indo além, efetuou em prol da comunidade carente de Londrina/PR e região

grande volume de atendimentos extra teto reconhecidos pelo Poder Judiciário que determinou à União repasse ao Fundo Municipal de Saúde de verba suficiente para pagamento desses serviços médicos prestados aos pacientes do SUS, além dos limites do contrato. A atuação assistencial e filantrópica da AEBEL é testificada pela população assistida e certificada por atestado de cumprimento de metas da contratualização SUS pela Autarquia Municipal de Saúde. A remuneração dos Conselheiros Independentes, com atuação efetiva na gestão executiva, em sistema de governança corporativa que adota as melhores práticas indicadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, é autorizada pela Lei 12.101/2009. Todo recurso financeiro da AEBEL é aplicado exclusivamente em território nacional e suas demonstrações contábeis se amoldam às exigências regulatórias da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e às determinações aplicáveis do Conselho Federal de Contabilidade. Por fim, cumpre ressaltar que a exigibilidade do lançamento tributário encontra-se suspensa em decorrência do recurso apresentado e das respectivas previsões do CTN e da LC 187.

Fernando Anciotto

Contador

CRC PR 044754/O-8

CPF 020.282.839-55

Dra. Lourdes A. Marques

Superintendente Geral (CEO)

CPF 785.738.908-00

Prospera Consultoria Atuarial Ltda.

CIBA 135

CNPJ 05.475.051/0001-93